



(Re)invenções de presos políticos num presídio da ditadura militar.

José Airton de Farias¹

Artigo Recebido em: 23/08/2017

Artigo Aprovado em: 03/10/2017

RESUMO

No Ceará, após a derrota da esquerda armada, a ditadura militar manteve presos os militantes revolucionários no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Ali, os presos políticos desenvolveram novas práticas, abrindo brechas na estrutura carcerária da ditadura e desenvolvendo práticas, táticas e estratégias, realizaram reconstruções e ressignificações, todas de relevos para a redefinição de suas identidades e projetos políticos. Nesse processo, não raro, estavam presentes elementos da cultura política comunista. O artigo foca nas ressignificações feitas pelos presos em alguns ambientes do presídio e como tal processo impactou em suas trajetórias pessoais e políticas: a cozinha, as próprias celas, as oficinas. Atenta-se também à produção artesanal e artística dos internos e suas diversas significações.

PALAVRAS-CHAVES: Ditadura militar, presos políticos, Ceará.

(Re)inventions of political prisoners in a prison of military dictatorship

ABSTRACT

In Ceará, after the defeat of the armed left, the military dictatorship kept prisoners of revolutionary militants in the Paulo Sarasate Penal Institute (IPPS). There, political prisoners developed new practices, opening gaps in the dictatorship's prison structure and developing practices, tactics and strategies, carried out reconstructions and resignifications, all of relief for the redefinition of their identities and political projects. In this process, often, elements of the communist political culture were present. The article focuses on the resignifications made by prisoners in some prison environments and how this process impacted on their personal and political trajectories: the kitchen, the cells themselves, the workshops. It is also attentive to the artisan's artistic and artistic production and its different meanings.

KEY-WORDS: Military dictatorship, political prisoners, Ceará.

¹ Doutorando em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e bacharel em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0536542035821361>



Um espaço para chamar de seu

Num presídio, as atividades dos internos tendem a serem as mesmas, realizadas em conjunto, nos mesmos horários, com todos os presos sendo tratados de forma idêntica, conforme as determinações dos funcionários e dirigentes. Os presos dormem, trabalham, se divertem, se alimentam em grupo, num mesmo ambiente e horário, sob a inspeção de uma autoridade². Não obstante, por suas especificidades, de inimigos da ditadura militar brasileira, os militantes da esquerda armada mantidos encarcerados no presídio cearense Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), escaparam a tal constatação. Mais ainda: em suas vivências cotidianas, os presos políticos deram outros sentidos a alguma das estruturas físicas do presídio e às imposições e desejos do corpo dirigente prisional. Agiam, não raro, conforme os ideários de sua cultura política comunista, marcada pela solidariedade e coletivismo³. Os revolucionários mantidos presos no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), no Ceará, abriram brechas na estrutura carcerária da ditadura, desenvolveram práticas, táticas e estratégias, realizaram reconstruções e ressignificações, todas de relevos para a redefinição de suas identidades e projetos políticos. Não obstante, o viver não cabe em esquemas rígidos e as práticas levaram igualmente a questionamentos, dúvidas, atritos com a própria cultura comunista, ensejando mudanças nas visões de mundo e comportamento dos militantes. Assim, buscaremos abordar neste artigo como os presos políticos do IPPS deram outros sentidos e usos a alguns ambientes do presídio e como tal processo impactou em suas trajetórias pessoais e políticas.

Michel de Certeau distingue as categorias lugar e espaço.

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalentes de programas conflituais ou de proximidade conflituais⁴.

² GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. In: NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 22 e seguintes.

⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004, p. 202.



O lugar se definiria pela disposição dos elementos. O espaço seria a significação dessa disposição, a vinculação desses elementos através da prática humana e do discurso humano. Nas práticas do cotidiano, os indivíduos subvertem programações disciplinares e estruturas. Os indivíduos se apropriam e ressignificam os lugares e os transformam em espaço, conforme suas necessidades, criatividade e condições de vida. O espaço é o lugar praticado. O lugar é a ordem, as normas, a estabilidade; o espaço, a contraordem, a subversão, a instabilidade. O lugar apega-se aos limites, o espaço os viola, os transgrede, dependendo da tática para ser praticado. Certeau⁵ trata da “fala dos passos perdidos”, referindo-se a um caminhar urbano (mas aplicável a outros contextos), de como as pessoas atualizam os mapas urbanos ao andar, apropriando-se dos mesmos e praticando e produzindo espaços.

Podemos entender os diversos ambientes do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) como lugares, construídos e planejados com determinadas estruturas e fins: encarceramento e controle dos internos, sua “ressocialização”, punição... Os internos (e, porque não, os funcionários e os dirigentes do presídio), com suas práticas, ocupações, apropriações e vivências, transformaram aqueles ambientes em distintos espaços. Ao viverem, dormirem, circularem, se relacionarem, as pessoas dão vida a um lugar, apropriam-se, inventam e reinventam, criando o espaço, estabelecendo significados que nem sempre é o esperado por quem o instituiu. “(...) as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais.”⁶ Os indivíduos referidos, em suas caminhadas, percursos cotidianos, a partir de inferências corporais e cognitivas, deram outros significados ou ressignificaram o presídio. Esses processos permitiram aos militantes de esquerda reconfigurarem suas identidades pessoais e moldar novos projetos políticos, como bem demonstrou Pilar Calveiro ao tratar dos encarcerados pela ditadura argentina⁷.

Um dos primeiros ambientes do Instituto Penal Paulo Sarasate ressignificados pelos ativistas foram as próprias celas, que ganharam outros objetivos mediante as invenções e necessidades dos presos políticos. Numa prisão, um dos problemas é o da individualidade e da falta de privacidade⁸. Pela descrição dos entrevistados e pelo que pudemos constatar em nossa

⁵ Ibidem, p.176.

⁶ Ibidem, p.178.

⁷ CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁸ GOIFMAN, Kiko. *Valetes em slow motion: a morte do tempo na prisão*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.



ida ao presídio em março de 2017, o resguardo da intimidade era problemático, por mais que as celas do IPPS fossem para apenas uma pessoa.

As celas eram padronizadas, iguais para todos os internos, os quais não podiam fazer nenhuma alteração no ambiente, nos primeiros tempos da prisão. Para complicar, ainda nesses primórdios do presídio, conforme relatado pelos entrevistados, era vedado que os presos políticos tivessem objetos pessoais nas celas. Em geral, num presídio, busca-se despojar o interno de seus bens pessoais, com o estabelecimento providenciando alguns outros bens, não raro, padronizados e de qualidade inferior. Ora, um conjunto de bens individuais apresenta relevância para o indivíduo. Despojar, pois, o interno de bens usuais é uma forma de desfiguração pessoal, de atacar sua identidade e individualidade⁹.

Encontrar-se num presídio a exemplo do IPPS, conforme expressão do ex-militante do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) Mário Albuquerque, é estar num “casamento forçado”, referindo-se aos contatos diuturnos dos revolucionários atrás das grades, que podiam provocar indisposições, irritações, pequenos desentendimentos, muitas vezes. Como lembra Goffman, o contato excessivo em instituições como a prisão é contaminador, matriz de antipatias, atritos¹⁰. De modo geral, no IPPS, o militante da esquerda armada quase nunca estava inteiramente sozinho. Realizava atividades em conjunto com seus companheiros, constatação que se enquadrava dentro do próprio coletivismo comum à cultura política comunista, e se encontrava numa situação na qual era visto, percebido ou ouvido por outras pessoas, mesmo que fossem apenas os colegas de internamento ou os funcionários do presídio, numa espécie de concretização do modelo do panóptico abordado por Foucault¹¹. Assim, o “casamento forçado”, a dificuldades de obter privacidade e a constante vigilância levavam presos a ficarem com “nervos a flor da pele”, por vezes, gerando algumas “discursões bobas”, conforme nos revelou outro ex-presos do IPPS, Fabiani Cunha, ainda que destacando a convivência respeitosa na maior parte do tempo.

Dessa forma, eram necessários para os presos alguns momentos para se “afastar” do resto do grupo, buscar um espaço para si, pensar, estudar, questionar – talvez lamentar, chorar... –, num exercício que ajudava na reconstrução psíquica dos militantes, dentro de um presídio em que viveriam forçadamente por meses ou anos. Gravar numa cela uma marca pessoal era firmar uma identidade, denotar a personalidade daqueles homens que haviam sonhado com

⁹ GOFFMAN, Erving. Op. Cit.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.



outra sociedade, mais igualitária e socialmente justa, e que foram derrotados e, não raro, humilhados e torturados pela ditadura, mas que agora necessitavam recomeçar, repensar ou manter seus princípios e sonhos. Após os primeiros meses de intenso controle e restrições, os presos políticos do IPPS conseguiram brechas através das quais buscaram firmar a individualidade e a privacidade. Não era apenas tornar a cela mais atraente ou confortável, visando um ambiente, dentro do possível, melhor de viver e lúdico. Era buscar escapar a descaracterização desejada pela ditadura, dar uma “cara própria” às celas, firmar a condição de presos políticos e de indivíduos.

Com o tempo eu fui dando minha cara à cela. Tinha uma mesa para escrever, eu escrevia e lia muito lá. Tinha um rádio, um mosqueteiro, porque tinha inseto. Tinha um mergulhão [aquecedor], para esquentar a água, porque eu tinha problema de calafrios. Coloquei uns quadros na parede, mas eram paisagens, não eram políticos, não. (...) Havia companheiros que buscavam papelão na grade toda para obter privacidade. William Montenegro, ex-membro da ALN (Ação Libertadora Nacional).

Outros internos montariam pequenas estantes de livros, poriam quadros, fotos de parentes, retratos de mulheres nuas nas paredes e havia ainda os que priorizassem os instrumentos musicais, discos e rádios. Houve mesmo quem dividiu a cela com um gato selvagem e uma criação de pássaros, como foi o caso do citado Fabiani Cunha, ex-militante da ALN. Não obstante, havia limites para a individualização das celas. Pôsteres de líderes políticos, como de Che Guevara, não eram tolerados, muito menos os livros “vermelhos” comunistas. Vez por outra, agentes penitenciários, policiais federais e membros da Auditoria Militar inspecionavam as celas, confiscando bem dos presos e os intimidando, denotando a violência e o autoritarismo do regime e da instituição prisional. Era o mundo “real”, externo, lembrando aos militantes da esquerda armada a sua condição de preso político e inimigos do governo militar.

Todo poder à cozinha

Estando os presos políticos separados dos demais internos e sendo seu número menor, havia celas vazias nas “ruas” dedicadas a eles no pavilhão sete. Com isso, algumas dessas celas, lugares destinados, a priori, ao cumprimento de uma pena, foram transformadas, conformes as necessidades cotidianas e pretensões e projetos políticos dos internos, em cozinha, dispensa, oficina, biblioteca, discoteca e sala de aula, sem falar nas salas da burocracia que viraram



espaços para encontros íntimos com namoradas e esposas. Ou seja, as práticas cotidianas dos presos, suas necessidades e aspirações, deram outros sentidos às celas.

O presídio apresentava uma cozinha, chamada de “rancho”, onde trabalhavam alguns presos comuns, de melhor comportamento. Ali também eram servidas as refeições. Numa prisão, os internos são obrigados ou veem-se obrigados a ingerir os alimentos dados pela instituição, por menos agradável que sejam. A qualidade da comida no IPPS não era das melhores, motivo de reclamação dos presos. De início, igual os demais internos, os militantes da esquerda armada tinham de consumir essa mesma alimentação, servida em suas celas, onde estavam reclusos. Não por acaso, seriam os presos comuns que levavam as refeições os primeiros a se aproximarem dos “subversivos” do IPPS. Ante o processo de acomodações, pressões, embates e negociações que desenvolveram ao longo dos anos junto à direção do presídio, os presos políticos conseguiram, após algum tempo, permissão para prepararem seus alimentos à parte. Para a direção do presídio, não deixava de ser vantajosa a concessão, afinal, não precisaria se preocupar com a logística de ter funcionários ou presos comuns para levar as refeições dos “subversivos”, recolher pratos, etc. Para os militantes de esquerda encarcerados, afora a possibilidade ter refeições de melhor qualidade, era uma vitória, um tento na busca de autonomia dentro de uma estrutura autoritária. Numa prisão, a alimentação é fundamental e, agora, seriam os presos políticos que se responsabilizariam por ela. Não era apenas um trunfo momentâneo. Constituíam-se uma vitória que ensejava lutar por outras melhorias e reivindicações. Se fosse um sucesso essa experiência de produção de alimentos pelos presos políticos, também seria se trabalhassem em outras ocupações, estudassem...

A autorização para uma cozinha dos “subversivos” não era extensiva aos demais internos do IPPS, denotando mais uma vez o tratamento peculiar que a própria ditadura ofertava aos presos políticos, ainda que no discurso oficial não os reconhecesse como tais.... É possível ponderar se uma cozinha para os presos comuns seria viável, visto que o funcionamento daquele espaço entre os militantes de esquerda foi viabilizado pela proximidade pessoal entre estes e o ideário comunitário da cultura política da esquerda. Os ativistas passaram a receber do presídio porções dos produtos crus (feijão, arroz, macarrão, carne), os quais eram juntados com os mantimentos trazidos pelos parentes nos dias de visita e postos em uma cela, até então vazia. Tal cela, assim, virou dispensa e cozinha dos militantes de esquerda, sob o controle e administração do coletivo. Era chamada simplesmente de “a cozinha”, um dos ambientes de maior relevo dentro do pavilhão dos presos políticos do IPPS.



A cozinha trazia, não obstante, alguns “desconfortos” para os militantes de esquerda. “Desconforto” vinculado, por exemplo, à origem e condição social dos ativistas, gente vinda, com exceções, da classe média¹², e não muita afeita a realizar ou valorizar quem lidava com os fazeres da cozinha e limpeza doméstica. “Desconforto” também político, afinal, aqueles homens estavam presos porque se proclamavam guerrilheiros, rebeldes que desejavam mudar o mundo, revolucionários que antes haviam empunhado armas e, agora, faziam “humilhantes trabalhos”, manuseando panelas e vassouras. “Desconforto” porque faziam nos cárceres “trabalho de mulher e gay”, nas palavras do ex-ativista Mário Albuquerque, reproduzindo o machismo da sociedade e do qual a esquerda não escapava.

Bem de acordo com a cultura política comunista, de tratamento igualitário e responsabilidade solidária¹³, todos os presos deveriam trabalhar na cozinha, mesmo que não tivessem nenhuma habilidade. Alguns dos militantes, se não tinham como se livrar daqueles afazeres, apelavam para soluções inusitadas para minorar a “falta de dotes culinários”. Era o inventar em cima do inventado.

Com a história da igualdade, era levada ao nível cômico e extremo. Todo mundo tinha que passar pela cozinha. Só que tinham gente que não tinha o menor jeito. Lá em Recife, ficou conhecido um companheiro como “bife mergulhão”. Por quê? O que ele fazia? Botava água no fogo, pegava a carne, tacava dentro da água, punha um tempero e pronto. Era um sabor horrível [risos]. Aqui, o Auto Filho, intelectual, o que que ele fazia no dia da cozinha dele? Ele mandava comprar feijoada enlatada [risos]. Ele servia. Todo mundo tinha que cumprir a norma de ir para a cozinha. Mário Albuquerque, ex-militante do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

Assim, com certo incômodo ou falta de habilidades para aquelas atividades manuais e uma qualidade “a desejar” das refeições, o dia na cozinha poderia ser “terrível” tanto para quem preparava os pratos e como para quem os consumia... Ao longo dos anos, não obstante, os internos foram dominando a labuta, os parentes, especialmente as esposas e irmãs, nos dias de visitas, davam dicas, levando os revolucionários a perceberem com outro olhar a importância do trabalho doméstico. As necessidades da existência dos presos políticos levaram-no a novas práticas e, porque não, a outras concepções de mundo.

¹² RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit.



Mãos que fazem

Há um discurso, ainda comum hoje, de enxergar o trabalho dentro do sistema penitenciário como maneira de redimir os presos e ressocializá-los. Como diz Kiko Goifman¹⁴, o trabalho numa prisão, porém, tem sentido distinto daquele do mundo externo, onde a atividade laboral visa a um pagamento, lucro, acúmulo de riqueza ou prestígio. No presídio, o trabalho geralmente fica restrito aos internos de menor periculosidade, que têm atualmente na labuta uma forma de redução das penas, conforme a legislação processual penal criada em 1984¹⁵. A grande massa carcerária, assim, está afastada das atividades laborais. Para os presos, o trabalho é uma forma de passar o tempo com uma atividade “produtiva”, atenuando a maçante rotina carcerária – numa prisão o tempo a ser preenchido é enorme e as atividades a serem feitas, poucas¹⁶. Vira também uma forma de tutela pela direção, visto que, caso os internos cometam alguma conduta proibida, irão perder o direito ao trabalho. Em geral, os presos são postos em função mais simples, como limpar, lavar roupas, cozinhar, etc., vistas como degradantes ou menores pelos funcionários e dirigentes da instituição prisional¹⁷.

Os presos políticos, não obstante, estavam impedidos de trabalharem em tais atividades. A coibição liga-se possivelmente à postura da direção do presídio de evitar contatos dos “terroristas” com os demais detentos e à peculiaridade dos crimes “subversivos” praticados – temor que as “ideias e táticas comunistas” fossem passadas a marginais ou que os internos contaminassem os revolucionários com o comportamento “de malandro e vagabundo”, criando mais um problema para o presídio, segundo um dos ex-funcionários do IPPS¹⁸. Não se pode também esquecer a condição social dos presos políticos, pessoas de classe média, tais quais, via de regra, os funcionários e diretores do IPPS, que concebiam como “menor” o trabalho manual. Mesmo sendo “terroristas”, não seria propício ou aceitável que “gente estudada” trabalhasse em serviços simples como para os marginais “pretos e pobres”.

Isso não quer dizer, porém, que os presos políticos deixassem de trabalhar – iriam ser responsáveis pela limpeza e cozinha apenas do pavilhão sete, onde estavam recolhidos, por exemplo. Apesar da referida origem social de classe média e das restrições iniciais (“somos

¹⁴ GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

¹⁵ Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. In www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm Consultado a 03/03/2017.

¹⁶ GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.



revolucionários, não lixeiros”, diria um dos presos), tais serviços ganhariam relevo na reconstrução da vida daqueles homens, uma quase terapia, uma ocupação para preencher o tempo e a mente. Acreditavam que realizando as atividades estavam cada vez mais ganhando autonomia dentro do sistema autoritário prisional e ditatorial vigente e sendo responsáveis por melhores condições de sobrevivência dentro do IPPS. Tão importante para os guerrilheiros o trabalho que uma de suas maiores lutas e reivindicações, depois atendida, foi a instalação de uma oficina de artesanato. “Com o tempo, começou a haver um certo diálogo com a direção, mas com dificuldade de liberação das coisas. Mas a gente conseguiu o artesanato, termos os instrumentos para fazer nosso artesanato”, afirmou o ex-militante da ALN, William Montenegro.

Também ali, pela natureza das atividades desenvolvidas numa oficina, os militantes passaram a acessar e a manusear facas e outros objetos perfurocortantes (pregos, tachas, estiletes, serras, etc.). A postura da direção foi de concessão e tolerância tácita com os presos políticos.

Não obstante essa liberação, a oficina, bem como a cozinha (onde igualmente se manuseavam facas), ficava nas primeiras celas da ala dos presos políticos, nas proximidades do portão de entrada da galeria, área por onde transitavam funcionários e seguranças do presídio. Se estes eram “coniventes” com a oficina, provavelmente estavam de olho no que era produzido e nas armas manuseadas pelos ditos “subversivos”... O primeiro dinheiro para a obtenção da matéria-prima era possibilitado geralmente pelos familiares, como no caso de Wilson Montenegro, que comprou com seus recursos couro, cola e tintas para o trabalho do irmão, William Montenegro. Depois, com os lucros da oficina, os militantes passaram a se autofinanciar, ainda que não tenha cessado a ajuda e apoio de familiares.

Os presos do IPPS produziam peças de artesanato e de arte. Baseando-se no pensamento dos sociólogos Wright Mill¹⁹ e Richard Sennett²⁰, Geruza Silva entende que existe aí uma distinção.

O conceito de artesanato gira em torno da ideia de que toda a produção artesanal é resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduos que detenham o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios²¹.

¹⁹ MILLS, C. Wright. *Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

²⁰ SENNETT, Richard. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

²¹ SILVA, Geruza. *Artesanato: identidade e trabalho*. 2014, 180 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.



Assim, nem sempre os objetos frutos do trabalho do artesão são resultantes do processo de produção manual. Pode haver complementos de partes industrializadas, embora com o predomínio da produção manual. Usando a criatividade e suas mãos, o artesão, de forma individual, produz objetos de uso prático, utilitário, estético ou de caráter cultural e simbólico. A partir dessas reflexões, entendemos que, a rigor, os presos políticos do IPPS não seriam artesãos na acepção do termo, visto que trabalhavam eventualmente e não viviam da labuta do artesanato e da arte, com a produção tendo outros fins. Não obstante, os objetos confeccionados na oficina do presídio cearense, podiam ser vistos, na maior parte das vezes, como peças de artesanato, tendo ocorrido igualmente a produção do que se pode chamar de arte, conforme a definição referida.

Vários dos entrevistados citaram a confecção de produtos como sapatos, sandálias, bolsas, sacolas, colares, cinturões, capangas (pequena bolsa de mão usada por homens nos anos 70 e início dos 80), pendentos de corda (para pendurar vasos de samambaias, cujo cultivo era “moda” nos anos 70 e 80²²), porta-lápis, canetas (revestidas com linhas), canecas (latas de cerveja envolvidas com linha ou couro) e até pequenos móveis de bambu (bancos). Exemplos de obras de artes podem ser citados, como desenhos, quadros de madeira ou de couro, em técnica de xilogravura e pirogravura. Foram técnicas desenvolvidas e aperfeiçoadas pelos presos com o passar dos anos por vários motivos. Algumas vezes, por suas próprias experiências e reflexões sobre como aprimorar a produção. Havia a contribuição possibilitada com a chegada de novos presos políticos, que traziam consigo as experiências de outros presídios Brasil afora – Mário Albuquerque disse, por exemplo, que a técnica de pirogravura no Paulo Sarasate foi incrementada com a vinda de José Jesuino de São Paulo, em 1975. Outras vezes, as técnicas de confecção eram aprimoradas por influências, imitação até, pois os presos do IPPS recebiam objetos artesanais e artísticos de outros presídios, do mesmo modo que enviavam as suas. Ocorreu também de receberem cursos de produção: um amigo de William Montenegro, Flávio Sampaio, que então presidia a seção local da Associação Brasileira de Artesãos, chegou a dar um curso sobre uso de couro aos internos do IPPS, conforme relatou o mesmo Mário Albuquerque e a imprensa²³.

²² <http://www.plantasonya.com.br/tag/samambaias/page/8> Consultado a 23/05/2017.

²³ A associação que defende o artesão e o artesanato. O Povo, 1º/4/1981. Na matéria, o presidente da Associação de Artesão, Flávio Sampaio, informa que em 1975 ministrou um curso de artesanato no IPPS, reunindo 100 detentos.



Como ficou acertado em decisão do coletivo de presos políticos, os ganhos pecuniários do trabalho na oficina eram apenas daqueles que se dedicavam à labuta. Não havia uma obrigatoriedade de que todos os militantes trabalhassem na produção artesanal, como acontecia no caso da cozinha. Dedicar-se ao artesanato era de livre escolha do interno, pois nem todos tinham a habilidade ou interesse no ofício. Cabia também ao preso, através da família, adquirir a matéria-prima, produzir e vender as peças. Cada um tinha o seu dia e um horário flexível na oficina, trabalhando sozinho, via de regra. A entrega da matéria-prima pela família e o repasse da produção aconteciam nos dias de visitas, aos sábados.

Em posse da produção, os familiares buscavam vender as peças, negociando-as, não raro, com amigos e outros parentes, embora talvez pudessem repassá-las a alguns estabelecimentos comerciais, dos quais recebiam até encomendas. Havia uma verdadeira rede de apoio e venda para os produtos feitos pelos presos políticos do IPPS.

Nesse aspecto, as peças artesanais e artísticas desenvolvidas pelos militantes iam além das possibilidades de obter algum dinheiro e preencher o tempo dos encarcerados no IPPS. Eram ressignificadas, de objetos de artesanato constituíam-se igualmente em signos, como entende a semiótica, ou seja, um meio de fazer a representação mental de um objeto, de uma ideia, de um desejo, atribuindo um valor, significado ou sentido, de modo a torná-los transmissíveis em forma de mensagem²⁴.

Eram instrumentos de divulgação, forma comunicação dos presos com o mundo externo, denotando sua existência e condição de cativos, bem como denunciando e criticando a ditadura. Não era à toa que os encarcerados, mesmo com seu trabalho individual, insistiam em gravar nas peças de couro e madeira a expressão “Presos Políticos do Ceará”, o que não foi aceito pela direção do IPPS – como sabemos, a ditadura não reconhecia a existência de inimigos políticos encarcerados no Brasil. Após intensa mobilização e negociação, chegou-se a um acordo, sendo aceito que se gravasse na peça a sigla PPCe, iniciais daquela expressão. Era uma forma de o presídio tentar esconder, pois, a existência dos presos políticos. Ao circularem fora do presídio, as peças furavam o discurso oficial, deixando claro que o regime, ao contrário do que propagava, mantinha, sim, presos políticos no Ceará e que havia um regime de exceção no País. Ao serem comercializados numa “barraca dos presos políticos” – e os militantes pela Anistia e familiares faziam questão de deixar isso bem claro e explicar o porquê daquela sigla –, os objetos estavam cumprindo sua função de comunicação e denúncia.

²⁴ SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2012.



As peças igualmente serviam de meio para manifestar o pensamento político dos militantes, seus anseios, projetos. Ao longo da pesquisa, encontramos várias peças em que se percebia, por exemplo, a defesa da liberdade e da Anistia, sobremaneira aquelas datadas do fim dos anos 70. Rarearam as peças do começo da década, exatamente quando era maior a presença de militantes que acreditavam na persistência e viabilidade da luta armada. Essa dificuldade de encontrar peças da primeira metade da década de 1970 pode ser apenas coincidência, óbices naturais de se achar objetos mais antigos, mais raros, uma vez que muitos familiares dos presos não se preocuparam em preservar o artesanato. Estavam mais focados em obter algum ganho e conseguir a sobrevivência, ante um quadro de dificuldades financeiras.

Mas pode não ser coincidência. Lembrando as lições de Jacques Le Goff²⁵ sobre monumentos e documentos, o que sobreviveu não é o conjunto daquilo que existiu no passado, não foi conservado por mero acaso. É produto também de relações de forças, poderes e interesses. No caso das peças de artesanato dos presos políticos, valores sentimentais, mas igualmente políticos e de memórias reconstruídas ajudaram em suas manutenções. Talvez, para alguns dos ex-presos e parentes, não seja interessante conservar peças que denotam que os militantes, “radicais de esquerda”, defendiam a conquista do poder institucional pelas armas e violência, inclusive mesmo depois de serem presos. Nas reconstruções das memórias feitas pelas esquerdas, a partir da segunda metade dos anos 70²⁶, passou-se a enfatizar que a luta visava derrubar a ditadura e trazer de volta a democracia. Alguns dos entrevistados adotaram esse discurso, quando, pelo que percebemos, a “autocrítica” sobre a luta armada e o apoio à Anistia e à defesa pelo retorno da “democracia burguesa” foram alvos de acalorados debates dentro do coletivo de presos políticos do Paulo Sarasate. Dessa forma, para coadunar memórias e identidades políticas, seria mais interessante conservar peças de artesanato que ratificassem os ideais de luta pela Anistia, concórdia e redemocratização do País.

Mais ainda: as peças artesanais e artísticas viraram mesmo signos de vínculo e identidade entre os militantes de esquerda. Como os militantes e os parentes buscavam deixar claro que aqueles eram objetos produzidos por pessoas mantidas presas pela ditadura, em muitas ocasiões os consumidores eram pessoas identificadas com as esquerdas ou que se solidarizavam com os presos políticos. Assim, como revelou algumas das entrevistadas, ao chegar num local e ver outrem com uma bolsa, capanga, sandálias, etc., daqueles modelos, entendia-se que era

²⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

²⁶ AARÃO, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



grande a possibilidade de a pessoa ter um parente preso político ou ser simpatizante das esquerdas.

Por outro lado, a ditadura passou a ver as peças com mensagens políticas ou apenas assinadas pelos presos como prova de “subversão” e indisciplina. No Arquivo Público do Ceará tivemos acesso a um relatório confidencial do DOPS, de 1977, sobre irregularidades praticadas pelos “subversivos” no IPPS. O agente responsável pela investigação, Aluíso Figueiredo Gomes, infiltrou-se no Paulo Sarasate para produzir o relatório, no qual anexa um cartaz, “imprimido em tipos de madeira (...) para o papel”, acrescentando que “esse trabalho é feito pelos próprios presos políticos, os quais distribuem com seus visitantes. Acrescente-se ainda, [sic] que observei que esses tipos de cartazes têm saída livre”²⁷. Como prova material do crime praticado, o agente não apenas citou o cartaz, mas fez questão de anexar a imagem ao relatório. Deixou claro, pois, que a imagem apresentava um teor que atentava à ordem estabelecida, numa conduta que deveria, pois, ser combatida, uma vez que os presos políticos estavam reproduzindo esse material, com a conivência ou omissão dos funcionários e diretores do IPPS. O trabalho artístico, assim, ganhava outra significância aos olhos do regime.

Havia também no trabalho artesanal dos presos políticos do IPPS um sentido terapêutico, de desenvolver e expressar sensibilidades, sentimentos e aptidões artísticas dos militantes da esquerda revolucionária, homens vindos de um ambiente militarizado, de armas, força. Tanto o é que a produção de peças não ocorreu apenas na cela-oficina, cujo funcionamento foi autorizado pela direção do IPPS. As peças serviam para externar desabafos, sonhos, tristeza, afeto. Um exemplo pode ser encontrado nas peças de xadrez confeccionadas a partir de cabos de vassouras pelo ex-militante da ALN, Waldenilo Balaio. Pelos documentos da Associação Anistia 64-68 e depoimento de outros militantes e de sua filha, Sayonara Balaio, o preso político, ex-funcionário dos Correios e que já havia sido preso quando do golpe de 1964, ficou no IPPS entre 1971-72. Balaio passava horas em sua cela talhando as referidas peças com o manuseio de uma tampa de lata de sardinha, sinal que o uso tácito de facas pelos presos políticos só era aceito dentro da oficina. Ao concluir o conjunto de peças do jogo, em vez de usá-lo com seus companheiros de presídio (o xadrez era uma das ocupações favoritas de alguns internos), Waldenilo presenteou-o em sinal de apreço à família, que conservou durante décadas as peças.

²⁷ Relatório de 15.08.1977, pasta do DOPS, Acervo do Arquivo Público do Ceará.



O uso de obras para prestar homenagens e agradecimentos e expressar amizades e apoios seria mais uma significância das peças de artesanato ou de artes enquanto signos. No caso do artesanato, acontecia de bolsas, sapatos, etc. serem presenteados a familiares, amigos e apoiadores da causa da Anistia com dedicatórias especiais e assinaturas grafadas dos presos nas peças. As peças de arte, como quadros de couro ou madeira, com técnicas de xilogravura ou pirogravura, tinham a confecção acertada e realizada coletivamente, com cada preso, podendo, mesmo os que não dedicavam à oficina rotineiramente, contribuir, dar sugestões e trabalhar na produção de alguma peça. Ou seja, a produção de artes estimulava e possibilitava que outros presos também participassem do processo de produção.

Pensando a esquerda

Na fase da luta armada, os militantes, de modo geral, caracterizavam-se pela pouca teoria²⁸. Como acreditavam na iminência da vitória, não davam muita atenção a pressupostos teóricos. Não raro, é comum ver os ativistas confessarem que só foram conhecer e estudar o marxismo e outras teorias políticas, em profundidade, na prisão. No IPPS, uma das celas foi transformada em grupo de estudos. A princípio, eram grupos que visavam à melhor formação intelectual dos presos, para que se preparassem visando uma posterior conclusão dos estudos, prestassem vestibular ou retomassem as vidas acadêmicas ou ao ensino médio (“segundo grau” à época). Tais grupos de estudos estavam em consonância com a estratégia e discurso da direção do presídio em “recuperar” os presos políticos, gente de classe média que tinha e via na educação um importante componente de ascensão social²⁹. Aos presos políticos já era, inclusive, franqueado o acesso à biblioteca do presídio, biblioteca considerada “bem rica” em quantidade de livros, conforme os entrevistados. Constituíam-se hábito dos presos políticos frequentarem esse ambiente na hora dos banhos de sol. Tão grande essa frequência que um dos revolucionários teria namorado a bibliotecária... “A gente lia tudo na biblioteca, política, economia, tudo que era jornal”, relatou William Montenegro. Por vezes, usavam os livros dali nos grupos de estudo.

Não obstante, as práticas dos militantes deram aos grupos de estudos outros propósitos. Pelas “brechas” da autorização para estudar, os presos políticos fizeram dos grupos espaços

²⁸ AARÃO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁹ TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil*. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.



para debater política e seus projetos socialistas. Ali poderiam ocorrer aulas sobre marxismo, economia, história, etc., ministradas pelos presos – alguns eram professores – ou debates feitos após a leitura de textos, uma didática muito comum em universidades ainda hoje, denotando a origem dos internos – vários dos ativistas haviam sido estudantes universitários.

Apresentando objetivos que foram se distinguindo daqueles pretendidos pela direção do IPPS, os grupos de estudos apresentavam problemas na obtenção dos livros e revistas para as leituras cotidianas. Muitas vezes os livros eram trazidos clandestinamente por parentes nos dias de visitas e até por carcereiros, conforme um dos entrevistados³⁰. Não foi coincidência que um dos motivos de uma greve de fome, em 1974, teria sido o de franquear o acesso a mais livros e revistas, o que, por fim, acabou atendido. Não obstante, mesmo com essa liberação, ainda havia a censura interna feita pela direção do IPPS sobre o conteúdo do que seria lido. Para a direção, não fazia sentido prender os inimigos do regime para que continuassem a manter ou a aprofundar seus pensamentos anteriores, “subversivos”. A “recuperação dos presos políticos e sua ressocialização” passavam pela destruição de sua ideologia “perigosa”. Ante as restrições impostas pelo corpo diretivo, uma das reivindicações constantes dos presos passou a ser o fim dessa censura interna do presídio. Usavam a argumentação que aquelas obras, ao serem publicadas, já haviam passado pelo crivo da censura do governo federal, não existindo por que haver uma outra censura, interna, no IPPS. Seria mesmo um “desrespeito e uma desqualificação” do trabalho de estratos superiores do Estado, conforme disse-nos o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque. Após muita pressão dos presos, a direção aquiesceu e acabou com essa censura interna aos livros.

Além de ocupar o tempo, o estudo em grupo permitia uma maior reflexão sobre a própria experiência da ação armada, os limites e críticas das ações e trajetórias das esquerdas, ou seja, no jargão dos militantes, a “autocrítica”. Tais reflexões permitiram mesmo que alguns dos militantes passassem a valorizar a democracia com um valor político fundamental. Não custa lembrar que na fase da luta armada, a democracia tida “burguesa” não era tão valorizada, e quando o era, não passava de uma forma os revolucionários alcançarem uma “esta política posterior”, a do socialismo³¹. Diz Mário Albuquerque:

Pela primeira vez, a gente começou a pensar. Porque antes era ação direta. O Partido Comunista, os grupos trotskistas têm uma formação teórica. Mas os grupos de ação armada eram de ação direta. Então, na prisão, pela primeira vez, eu fui realmente começar a ler, refletir sobre mim mesmo, sobre eu estava ali, sobre o socialismo,

³⁰ Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

³¹ RIDENTI, Marcelo. Op. Cit.



entender a luta contra a ditadura, sobre valorizar a liberdade. Foi um processo de reestruturação geral. Foi quando eu descobri o valor da democracia. Porque para nós a democracia era muito estigmatizada, era burguesa e tal. Era mais uma forma do capital [dominar] e tal. Comecei a ler e estudar Gramsci. Abriu meus olhos.

Com o fim da censura interna dos livros no presídio e o passar dos anos, os presos políticos foram organizando uma biblioteca própria, estabelecida numa cela, que igualmente servia de discoteca. Tornou-se um dos espaços mais apreciados pelos revolucionários. Ler não só como forma de obter conhecimentos ou fazer reflexões, mas como maneira de preencher o tempo, o eterno desafio dos que passam temporadas numa prisão. “Havia muitos livros, muitos livros, não sei para onde depois foram esses livros, mas não eram poucos. Discos também, nos davam muito de presente”, afirmou em seu depoimento William Montenegro.

Se os presos políticos do IPPS liam clássicos da literatura e obras políticas, o que ouviam na discoteca? Pelos depoimentos dos entrevistados, os discos com clássicos da MPB e as músicas politizadas e de protestos dos anos 1960-70 eram bem vindos. Um dos presos políticos, o já referido ex-militante da ALN, Waldenilo Balaio, do tipo bem humorado, era um dos grandes conhecedores e incentivadores do “bom gosto musical” do coletivo. Não obstante, músicas tidas como “alienantes”, a exemplo das de Roberto Carlos, não eram bem quistas. Presos políticos chegaram a ser repreendidos por seus colegas por ouvirem “Iê-iê-iê”.

“Venustério”

Não só as celas do IPPS foram ressignificadas pelos militantes da guerrilha. Salas com fins outros seriam transformadas em locais para encontro íntimo dos presos políticos, mais uma reivindicação atendida pela direção do presídio. Após pedidos dos militantes, foi criado o chamado “venustério”. Eram duas salas do bloco da administração do IPPS, para onde se dirigiam os militantes e suas esposas e namoradas nos dias de visita. Mário Albuquerque descreve as salas: “era um quarto, uma suíte, tipo um motelzinho. Uma suíte, uma cama de casal, uma mesinha, um ventilador, um pequeno banheiro e uma entrada de ar por cima. Era legalzinho [risos]. Era razoável”.

Vale lembrar que os encontros íntimos dos presos comuns aconteciam nas celas – inclusive, como revelou o mesmo Mário Albuquerque, era comum que os militantes de esquerda repassassem jornais e revistas que recebiam para os presos comuns porem em suas grades na busca de maior privacidade durante os encontros. A criação do “venustério” para os presos políticos possivelmente se liga novamente à condição social dos mesmos, pessoas de



classe média, cuja “índole” poderia ser atingida caso fossem se expondo e mantendo relações sexuais em celas comuns.

Essa questão do “respeito” à condição social das famílias dos presos fica evidente quando se percebe uma mudança do local das visitas para facilitar os encontros sexuais. É que de início, no deslocamento para os quartos na administração, havia certo constrangimento. A partir do pátio do banho de sol, onde aconteciam as visitas, os casais tinham que percorrer um extenso corredor para chegar ao “venustério”. Por mais que buscassem ser discretos, acabavam sendo vistos pelos presos comuns através dos cobogós. Os presos comuns sabiam da intenção dos casais e, ocasionalmente, um ou outro soltava algum gracejo ou faziam comentários jocosos. Piadas, gracejos e insinuações, envolvendo sexualidade, era algo inaceitável e/ou constrangedor para aqueles militantes de esquerda armada e suas mulheres. Para contornar o problema, os presos políticos conseguiram junto à direção do IPPS que o local em que recebiam as visitas fosse transferido para um salão vizinho às duas salas do “venustério”, de modo que assim evitassem percorrer o longo corredor e escapassem aos “olhos alheios” e aos gracejos dos presos comuns.

Aquela preocupação ou concessão não foi estendida aos presos comuns, visto que com os papelões nas grades das celas – e eventuais gemidos e barulhos durante os atos sexuais –, todos sabiam o que se passava. Ou seja, as mulheres de classe média, mesmo que fossem as namoradas e esposas de “terroristas”, inimigos do Estado ditatorial, não podiam ter a sexualidade exposta, mas não havia problema para as mulheres dos “pretos e pobres”. No caso destas, a forma de evitar eventuais comentários por parte de outros presos comuns era a violência e a intimidação. Há uma tradição dentro dos presídios brasileiros de presos evitarem “até olhar” para a mulher de outros internos nos dias de visita, sob pena de acerto de conta posterior, o que implicava em surras e até assassinatos³².

Essa questão de evitar a exposição da sexualidade, além da possibilidade de constrangimentos, também se liga, acreditamos, à rígida moral dos comunistas, conforme sua cultura política³³. Ao contrário do que a ditadura militar pregava em sua contrapropaganda, os militantes da esquerda armada apresentavam – ou deveriam ter – posturas comportamentais conservadoras. Não podiam beber, por exemplo, e eram vedado o namoro entre eles. Mário Albuquerque e sua namorada, Vera Rocha, quando militavam no movimento estudantil em

³² GOIFMAN, Kiko. Op. Cit.

³³ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.



Fortaleza, em 1968, ao entrarem na clandestinidade e antes de fugirem para Recife, tiveram que casar, numa cerimônia quase secreta. Claro que, na prática, houve namoros e até casos de gravidez “indesejada”, mas havia um ideal de comportamento pessoal a ser seguido pelo revolucionário. Na prisão, a princípio, pelo menos, essa rigidez comportamental se fazia presente. Na visita que fizemos ao IPPS em 2017, em companhia de dois ex-presos políticos, Fabiani Cunha e Mário Albuquerque, entre risos, o primeiro fez o seguinte relato sobre a “inauguração” do “venustério”:

O venustério foi um conquista que veio depois, de luta. Aí quando foi [para inaugurar], o Mário tá todo empolgado, tinha uma amiga jornalista e tal. Eu disse: Mário, ele não pode ir. Por quê? Porque o Mário não é casado [riso]. Aí, peraí, então, o Waldemar [Meneses] disse: “então vai o [José] Ferreira, o líder operário, que era casado, tinha família”. A gente chamou a atenção pela questão da família. A gente tem família, tem que respeitar.

A questão da rígida moral comunista acerca da sexualidade manifestou-se em outro momento, quando um dos familiares dos presos, para “agradar” aos internos, levou prostitutas para o IPPS. A presença das garotas provocou uma reunião extra do coletivo no dia de visitas. Em nome de sua visão de sociedade, o coletivo não aceitou que nenhum dos militantes ficasse com as mulheres³⁴. Esse conservadorismo se revelaria igualmente quando do “incômodo” provocado pela transferência de um preso político homossexual, vindo de São Paulo. Embora não tenha acontecido nenhuma ação ou manifestação homofóbica diretamente contra o preso, a presença do gay virou alvo de conversas e algumas piadas com os familiares, como nos revelou uma das pessoas entrevistadas, que pediu sigilo de seu nome em relação ao assunto.

A postura dos presos políticos sobre a sexualidade mudaria ao longo dos anos. Como chegou a falar um de nossos depoentes, a prisão provoca “solidão e carência afetiva e sexual”. As carências e a solidão, então, superaram os valores comunistas. Eram homens, na maioria, na faixa dos 30, 40 anos, que haviam passado boa parte da juventude, a “dourada fase” dos 20 anos, atrás das grades. Mário Albuquerque confessou que uma das razões das festas que os presos passaram a promover nos dias de visitas na segunda metade dos anos 70 era “conseguir namorada”. Atraídas e fascinadas pelo “charme”, simbolismo e coragem daqueles militantes que haviam empunhado armas contra a ditadura, muitas garotas, algumas universitárias e engajadas politicamente no movimento pela Anistia, passaram a visitar os presos no final da década, não raro acontecendo envolvimento amorosos e sexuais. “Eles passaram a se arrumar

³⁴ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Célio Albuquerque, a 8 de julho de 2016.



melhor, começaram a cuidar mais dos cabelos e barbas”, diria uma das pessoas que visitava os revolucionários à época no IPPS. Alguns dos presos apresentavam várias paqueras, o que, por vezes, provocava crises de ciúmes e algum desentendimento. Um deles, casado, se envolveu com uma das jovens. Quando a esposa descobriu, indignada com a traição, queimou no quintal de casa todos os objetos de artesanato e cartas que o marido havia lhe mandado. Quando o militante, enfim, saiu da prisão, após a Anistia de 1979, o casal se divorciou.

Considerações Finais

Derrotados em seu projeto de conquista do Estado, os militantes da esquerda armada foram condenados pela Justiça Militar, cumprindo penas em presídios como o cearense Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Tendo como referência os princípios coletivistas e igualitários de sua cultura política comunista, os presos políticos buscaram melhores condições de existência dentro da estrutura carcerária da ditadura. A presença nos cárceres trouxe possibilidades de reflexões sobre as experiências da luta armada e de reconstrução de identidades pessoais e projetos políticos. No IPPS, os ativistas de esquerda buscaram brechas nas estruturas do sistema, desenvolveram novos usos e ressignificaram ambientes. Espaços viraram lugares com fins não imaginados, como celas que se tornaram cozinha e oficina de artesanato. Salas viraram ambientes de amor. As ressignificações não escaparam a problemáticas, como o machismo das esquerdas e as diferenças culturais em relação à massa de presos comuns. Peças de artesanato serviram como terapia e instrumentos políticos de denúncia da ditadura. Relações se construíram dentro do presídio e outras chegaram ao fim. Os presos políticos mudaram o IPPS, mas também foram mudados.

Bibliografia

AARÃO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.



FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito**. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

GOIFMAN, Kiko. **Valetes em slow motion: a morte do tempo na prisão**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A cultura política comunista*. In: NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Geruza. **Artesanato: identidade e trabalho**. 2014, 180 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil**. 2011, 519 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.